



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 676/GC5, DE 20 DE OUTUBRO DE 1999.

Reestrutura o Sistema de Transporte Aéreo Regular e dá outras providências.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do artigo 18 e o artigo 19, da Lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, resolve:

Art. 1º - O Sistema de Transporte Aéreo Regular Brasileiro é constituído de linhas aéreas regulares, exploradas por empresas brasileiras de transporte aéreo regular, com a finalidade de atender ao transporte de passageiros, carga e/ou mala postal.

Art. 2º - As linhas aéreas regulares são classificadas em:

I - internacionais; e

II - domésticas.

Art. 3º - Linhas aéreas internacionais são as que têm ponto de origem em território brasileiro e ponto de destino em território estrangeiro, exploradas por empresas previamente designadas pelo governo brasileiro, nos termos dos acordos bilaterais celebrados junto aos governos de outros Estados.

Art. 4º - As linhas aéreas internacionais são classificadas como linhas aéreas internacionais sub-regionais, regionais e intercontinentais.

§ 1º - As linhas aéreas internacionais sub-regionais são aquelas realizadas sob o amparo do "Acordo sobre Serviços Aéreos Sub-regionais", de 17 de dezembro de 1996, também conhecido por "Acordo de Fortaleza".

§ 2º - As linhas; aéreas internacionais regionais são aquelas que ligam o território brasileiro com os Estados localizados na América do Sul e na América Central.

§ 3º - As linhas aéreas internacionais intercontinentais são as demais linhas aéreas internacionais de longo curso, incluindo aquelas que se destinam ao México, Estados Unidos e Canadá.

Art. 5º - As linhas aéreas domésticas são aquelas que têm pontos de partida, intermediários e de destino situados no território nacional.

Art. 6º - As linhas aéreas domésticas são classificadas como linhas aéreas domésticas nacionais, regionais e especiais.

§ 1º - As linhas aéreas domésticas nacionais são aquelas cuja característica seja a ligação direta de dois ou mais centros populacionais e econômicos.

§ 2º - As linhas aéreas domésticas regionais são aquelas cuja característica principal seja a afluência ou a complementariedade às linhas aéreas domésticas nacionais.

§ 3º - Para efeito desta Portaria grandes centros populacionais e econômicos são aqueles com população igual ou superior a um milhão de habitantes.

Art. 7º - As linhas aéreas domésticas especiais são aquelas que ligam dois aeroportos centrais ou um aeroporto central com o aeroporto da Capital Federal.

§ 1º - Para efeito desta Portaria são designados como aeroportos centrais os aeroportos do Rio de Janeiro - Santos-Dumont (SBRJ), de São Paulo - Congonhas (SBSP) e de Belo Horizonte - Pampulha (SBBH).

§ 2º - Na exploração das linhas aéreas especiais, cada empresa de transporte aéreo regular poderá alocar o máximo de 35% (trinta e cinco por cento) do total de assentos-quilômetros por ela, efetivamente, ofertados no mercado doméstico.

§ 3º - Para a concessão de uma linha aérea especial, bem como de suas alterações, o Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil, além do atendimento do critério de ordem geral estabelecido no parágrafo anterior desta Portaria, levará em consideração os seguintes critérios de ordem específica:

I - a capacidade de absorção das operações aéreas pela infra-estrutura aeronáutica.

II - a necessidade de expansão do leque de opções aos usuários e o estímulo à competição entre as empresas aéreas; e

III - a limitação em até 50 (cinquenta) assentos para a capacidade máxima de transporte da aeronave a ser utilizada nas linhas aéreas especiais que tenham origem e destino no aeroporto Santos-Dumont (SBRJ), excetuando-se a ligação Santos-Dumont (SBRJ)/ Congonhas (SBSP)/ Santos-Dumont (SBRJ) e Santos-Dumont (SBRJ)/ Pampulha (SBBH)1 Santos-Dumont (SBRJ).

Art. 8º - A oferta de cada linha aérea regular será definida em assentos-quilômetros (ass-km) ou toneladas-quilômetros (ton-km), tendo em vista a quilometragem da rota, a frequência do voo e a capacidade de transporte.

Parágrafo único - A oferta semanal em ass-km ou ton-km deverá constar do documento expedido pelo Departamento de Aviação Civil, denominado HOTRAN - Horário de Transporte, onde estará discriminado o horário de transporte para cada linha aérea regular internacional e doméstica.

Art. 9º - O conjunto de linhas aéreas exploradas por uma empresa de transporte aéreo regular constituirá seu plano de linhas.

Art. 10 - O Departamento de Aviação Civil observará os seguintes aspectos para aprovação do plano de linhas e suas alterações:

I - para as linhas, aéreas internacionais:

a) as condições dos acordos bilaterais de transporte aéreo com os governos dos Estados a serem servidos; e

b) a designação governamental.

II - para as linhas aéreas domésticas:

a) a adequação da infra-estrutura aeronáutica; e

b) a segurança das operações.

Art. 11 - Para análise da concessão das linhas aéreas domésticas, o Departamento de Aviação civil disporá de um órgão Colegiado, composto de órgãos. técnicos envolvidos na operação das referidas linhas.

Parágrafo único - O Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil baixará instruções para o funcionamento do órgão Colegiado a que se refere o presente artigo.

Art. 12 - Os pedidos para alteração no plano de linhas serão dirigidos ao Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil e analisados em função dos aspectos estipulados no item 11 do art. 10.

Art. 13 - Salvo quando devidamente autorizado pelo Departamento de Aviação Civil, será cancelada a autorização para operação de linha aérea regular que:

I - deixar de ser executada por período superior a 30 (trinta) dias,

II - não atingir, durante 3 (três) meses consecutivos, a execução de 75% (setenta e cinco por cento) do número de vôos previstos no respectivo HOTRAN; e

III - não for implantada no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da data prevista para início das operações ou das alterações autorizadas.

Art. 14 - Nos casos em que, após estudos específicos, constatar-se operação inadequada de determinado serviço, o Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil determinará as providências que se fizerem necessárias.

Art. 15 - As empresas de transporte aéreo regular poderão realizar vôos de reforço em suas linhas aéreas e vôos extraordinários, obedecidas as condições previstas em regulamentação específica.

Art. 16 - O Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil baixará as instruções complementares que se fizerem necessárias para operacionalizar o Sistema de Transporte Aéreo Regular.

Art. 17 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil.

Art. 18 - Esta Portaria será revista no prazo máximo de 10 (dez) meses após a sua vigência.

Art. 19 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 - Revoga-se a Portaria Nº 504/GC5, de 12 de agosto de 1999, publicada no D.O.U. nº 155-E, de 13 de agosto de 1999, Seção I, páginas 4 e 5.

WALTER WERNER BÄUER
Comandante da Aeronáutica